



Centro Logístico
do Algarve

REGULAMENTO INTERNO

**CENTRO LOGÍSTICO DO
ALGARVE**

REVISÃO DE 2025

REGULAMENTO GERAL

ÍNDICE

ARTIGO 1º - OBJETO E FUNÇÃO DO CENTRO LOGÍSTICO DO ALGARVE	3
ARTIGO 2º - ÂMBITO DE APLICAÇÃO	4
ARTIGO 3º - ORGANIZAÇÃO DO C. LOGÍSTICO ALGARVE	4
ARTIGO 4º - ENTIDADE GESTORA	5
ARTIGO 5º - UTENTES	5
ARTIGO 6º - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS UTENTES INSTALADOS NO C. L. ALGARVE	5
ARTIGO 7º - UTILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO	7
ARTIGO 8º - DIAS E HORÁRIOS	7
ARTIGO 9º - LOCAIS DE TRANSAÇÃO	7
ARTIGO 10º - ACESSO DE VEÍCULOS AO C. L. ALGARVE	8
ARTIGO 11º - CIRCULAÇÃO INTERNA	8
ARTIGO 12º - SEGURANÇA INTERNA	8
ARTIGO 13º - LIMPEZA, CONTROLO DE PRAGAS E REMOÇÃO DE RESÍDUOS	9
ARTIGO 14º - BENS E SERVIÇOS PRESTADOS PELA ENTIDADE GESTORA	10
ARTIGO 15º - RECEITAS	11
ARTIGO 16º - OUTRAS RECEITAS	11
ARTIGO 17º - DISCIPLINA	12
ARTIGO 18º - SANÇÕES DISCIPLINARES	12
I. Das Sanções	12
II. Das Sanções Pecuniárias	12
ARTIGO 19º - DIREITO DE AUDIÇÃO E RECURSO	14
ARTIGO 20º - PRESCRIÇÃO	14
ARTIGO 21º - DISPOSIÇÕES FINAIS	14

ARTIGO 1º - OBJETO E FUNÇÃO DO CENTRO LOGÍSTICO DO ALGARVE

1. O Mercado Abastecedor da Região de Faro, que doravante se designa por "C. L. Algarve", é uma área delimitada e vedada que constitui uma unidade funcional composta por um conjunto de instalações e infraestruturas que lhe estão afetas, atuando como:
 - a) Entrepasto comercial integrando produtores e distribuidores, destinado à realização da atividade de comércio grossista de produtos hortofrutícolas, incluindo os mais perecíveis, regulado por Normas Específicas;
 - b) Área comercial de combustíveis;
 - c) Entrepastos de atividades complementares ou outras atividades, de retalho, de logística, de manuseamento e de transformação, ainda que industrial, de produtos alimentares e não alimentares.
2. O C. L. Algarve é constituído por diversos elementos construtivos: conjunto de infraestruturas, designadamente arruamentos e parqueamentos, redes de águas, esgotos, eletricidade, telecomunicações e outras; e Edifícios, designadamente Portaria, Pavilhão do Mercado, Entrepastos, Armazéns e outras instalações de diversa natureza.
3. O C. L. Algarve é composto por zonas de utilização comum e por áreas de utilização individualizadas, doravante designadas por Espaços.
4. Os Espaços têm autonomia funcional ou individual e estão sujeitos a integração no mercado abastecedor.
5. Os Espaços são cedidos contratualmente a agentes de comprovada idoneidade, nomeadamente mediante a celebração de contratos de utilização ou de arrendamento, ou qualquer outra forma jurídica admitida.
6. As atividades exercidas no C. L. Algarve regem-se pela legislação que lhe seja especificamente aplicável.

ARTIGO 2º - ÂMBITO DE APLICAÇÃO

1. O Regulamento Interno, doravante designado por RI, estabelece as regras a que obedece o funcionamento geral do C. L. Algarve, designadamente a organização, o funcionamento em sentido estrito, a disciplina, a limpeza e a segurança e vigilância interna.
2. O RI aplica-se à universalidade que constitui o C. L. Algarve, submetendo-se às suas disposições todos os utentes que nele exercem qualquer tipo de atividade, a título permanente ou temporário.
3. A Entidade Gestora pode complementar normas aplicáveis, prevista no RI, seja através de Normas Genéricas adicionais, seja através de Normas Específicas (NE), seja ainda através de normas particulares de funcionamento das diferentes instalações e infraestruturas que o compõem (NP).

ARTIGO 3º - ORGANIZAÇÃO DO C. LOGÍSTICO ALGARVE

O espaço físico do Mercado está organizado de forma a garantir:

- a) A polivalência de negócios e diversidade de atividades;
- b) A fluidez e eficiência, na circulação de pessoas, de viaturas e de mercadorias, em condições de máxima segurança;
- c) A sediação dos utentes instalados no Mercado e a sua atração comercial em igualdade de circunstâncias;
- d) As melhores condições ambientais possíveis, designadamente higiosanitárias e de salubridade das instalações e dos espaços de utilização comum;
- e) As condições de segurança e de eficácia nas operações de carga, descarga e movimentação de mercadorias;
- f) As condições para a garantia da qualidade dos negócios, de manutenção, se aplicável, e da qualidade de prestação de serviços;

- g) Que as atividades de apoio e complementares se instalem no C. L. Algarve, por forma a criar e oferecer maiores facilidades e condições de funcionamento a todos os Utentes;
- h) A possibilidade de existência de parcerias, cooperação e desenvolvimento de negócios, entre as diversas atividades;
- i) A expansão do C. L. Algarve.

ARTIGO 4º - ENTIDADE GESTORA

A gestão do Mercado, sem prejuízo da faculdade de delegação de competências, é da exclusiva responsabilidade da Entidade Gestora, a qual tem os poderes e autoridade necessários para fiscalizar o cumprimento do RI e assegurar o bom funcionamento do Mercado.

ARTIGO 5º - UTENTES

1. Consideram-se utentes do Mercado as pessoas singulares ou coletivas que prestem ou solicitem bens e ou serviços no C. L. Algarve.
2. O acesso ao C. L. Algarve de qualquer Utente deve obedecer ao estipulado pela Entidade Gestora.

ARTIGO 6º - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS UTENTES INSTALADOS NO C. L. ALGARVE

Sem prejuízo do determinado neste RI e no contrato de utilização do espaço, independentemente da forma jurídica que este possa revestir, são também obrigações dos Utentes instalados no C. L. Algarve:

- a) Não dar ao espaço uso diverso do contratado ou acordado, nem consentir a sua ocupação e utilização por outrem, nem ceder a terceiros, por qualquer forma, a sua posição contratual, sem o cumprimento do preceituado neste RI e no contrato.
- b) Não utilizar ou depositar dentro do espaço e/ou nos acessos e de circulação, qualquer tipo de maquinaria, equipamento ou mercadoria que, pelo seu peso, tamanho, forma, natureza ou destino, possa perturbar a tranquilidade, saúde e segurança do Mercado, dos outros utentes;

- c) Manter o seu espaço permanentemente asseado e em bom estado de conservação, incluindo fachadas e letreiros publicitários;
- d) Não instalar no espaço ou em qualquer ponto do C. L. Algarve, salvo quando autorizado pela Entidade Gestora e nas condições por esta fixadas, antenas, altifalantes, televisores, aparelhos de som ou outros que provoquem ruídos para o exterior do espaço;
- e) Submeter ao prévio parecer e autorização da Entidade Gestora, qualquer obra de adaptação do espaço e/ou de instalação de equipamentos fixos, cabendo à Entidade Gestora a verificação, a qualquer momento, da conformidade da execução das mesmas;
- f) Utilizar na fachada do espaço apenas os reclames, letreiros ou outra sinalética que tenham sido previamente autorizadas pela Entidade Gestora;
- g) Manter os equipamentos fornecidos pelo C. L. Algarve, quando for o caso, em bom estado de conservação, efetuando as reparações e substituições necessárias ao seu bom funcionamento;
- h) Pagar dentro dos prazos estipulados as contrapartidas contratualmente acordadas;
- i) Entregar o espaço, no termo do contrato, em bom estado de conservação, limpeza e segurança que permita a sua imediata ocupação.
- j) Prestar informações sobre a sua atividade, seja à Entidade Gestora seja às autoridades competentes em serviço oficial no C. L. Algarve;
- k) Contratar e manter os seguros definidos contratualmente e que respondam por danos causados a terceiros e ao C. L. Algarve;
- l) Indemnizar o C. L. Algarve e/ou outros Utentes pelos prejuízos que, por si, seus empregados ou quaisquer outras pessoas, atuando ao seu serviço ou sob suas ordens, causar no exercício da sua atividade ou por causa dela sejam causados.

ARTIGO 7º - UTILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO

1. A autorização para utilização do C. L. Algarve, qualquer que seja o tipo de Utente, é concedida pela Entidade Gestora, tendo em atenção as especificidades dos diferentes tipos de utentes tendo como objetivos a promoção quer da atração comercial do Mercado, quer das atividades nele exercidas.
2. As entidades credenciadas pela Entidade Gestora, bem como os funcionários e agentes da administração pública no exercício das suas funções, podem solicitar em qualquer altura, dentro do horário de funcionamento, a visita aos Espaços do C. L. Algarve.
3. Sem prejuízo dos poderes que caibam aos funcionários e agentes da administração pública, a Entidade Gestora poderá solicitar aos Utentes a documentação respeitante à sua atividade, sem prejuízo do dever de confidencialidade legalmente imposto.

ARTIGO 8º - DIAS E HORÁRIOS

1. O C. L. Algarve está aberto todos os dias do ano, sem prejuízo da faculdade da Entidade Gestora, fixar anualmente, os dias de encerramento obrigatório, bem como o acesso ao C. L. Algarve e as suas saídas poderão ser fechadas por razões de segurança e/ou quando solicitadas pela Entidade Gestora.

ARTIGO 9º - LOCAIS DE TRANSAÇÃO

1. As operações de transação, carga e descarga apenas podem ser realizadas, para cada categoria de produtos/setor de atividade, nos locais previamente designados.
2. As operações, acima mencionadas, são interditas em quaisquer outros locais, nomeadamente a partir de viaturas dos Utentes instalados no Mercado Hortofrutícola ou de terceiros, nas vias de circulação e nos parques de estacionamento.
3. As operações de transação são também interditas nas zonas de acostagem.

ARTIGO 10º - ACESSO DE VEÍCULOS AO C. L. ALGARVE

1. O acesso de veículos ao C. L. Algarve poderá estar condicionado ao pagamento de portagem.
2. Os funcionários e agentes da administração pública, quando em serviço oficial, têm livre acesso ao C. L. Algarve, mediante apresentação de documento comprovativo da sua qualidade profissional e justificação do serviço a efetuar no Mercado.
3. Os transportes de serviço público, ou outros autorizados pela Entidade Gestora, têm livre entrada no C. L. Algarve quando em serviço.
4. O valor das portagens a aplicar sobre os diferentes tipos de veículos, serão fixadas anualmente por meio de tabela objeto de divulgação,
5. A tabela acima referida poderá contemplar diversas modalidades de pagamento e/ou regimes de isenção do mesmo.
6. O acesso inadvertido de veículos ao C. L. Algarve, não exime os mesmos da responsabilidade de pagamento da portagem aplicável.

ARTIGO 11º - CIRCULAÇÃO INTERNA

1. No interior do C. L. Algarve são aplicadas as disposições do Código da Estrada, sem prejuízo da faculdade de serem estabelecidas regras específicas que não contrariem o disposto nesse diploma.

ARTIGO 12º - SEGURANÇA INTERNA

1. À Entidade Gestora compete garantir a existência de serviços de segurança e vigilância nas zonas de utilização comum do C. L. Algarve, , promovendo a existência de uma organização adequada à manutenção da vigilância de pessoas, bens e circulação de viaturas, podendo socorrer-se para esse efeito de entidades especializadas neste tipo de serviços.

2. Compete aos serviços de segurança e vigilância interna do C. L. Algarve contribuir para a boa aplicação do RI, devendo comunicar à Entidade Gestora todas as infrações às disposições nele contidas de que tenham conhecimento.
3. Compete aos serviços de segurança e vigilância interna do C. L. Algarve zelar pela manutenção da ordem pública no seu interior, recorrendo às autoridades de segurança pública quando necessário.

ARTIGO 13º - LIMPEZA, CONTROLO DE PRAGAS E REMOÇÃO DE RESÍDUOS

1. A Entidade Gestora deve garantir a limpeza e o controlo de pragas das zonas comuns do C. L. Algarve, bem como a remoção de todos os resíduos sólidos depositados nos locais apropriados das zonas comuns, promovendo a existência de um sistema e organização adequados à sua realização nas melhores condições e à manutenção de um ambiente de higiene e salubridade, podendo socorrer-se para esse efeito de entidades especializadas neste tipo de serviços.
2. Do sistema de limpeza a adotar no C. L. Algarve, é dado conhecimento a todos os Utentes, que estão obrigados a cumprir as regras estipuladas neste RI, a atualizar e divulgar pela Entidade Gestora.
3. A limpeza e o controlo de pragas dos espaços ocupados a título privativo são da inteira e exclusiva responsabilidade dos utentes instalados.
4. Os operadores serão responsáveis pela limpeza, conservação e substituição dos contentores individuais que lhes sejam atribuídos.
5. Nenhum desperdício ou embalagem deve ser deixado nas zonas de acostagem privativa dos Entrepostos, Armazéns e nas zonas de utilização comuns de C. L. Algarve, devendo os Utentes usar os contentores exteriores disponíveis para esse efeito ou nos locais devidamente assinalados, segundo o tipo e natureza dos resíduos.
6. É proibido fumar, cuspir, beber ou comer nos locais de trabalho, de armazenagem, de exposição e de circulação dos produtos alimentícios, dentro do Pavilhão do Mercado.

7. Compete aos serviços de limpeza do C. L. Algarve contribuir para a boa aplicação do RI, devendo comunicar à Entidade Gestora todas as infrações às disposições nele contidas de que tenham conhecimento.
8. Cabe aos Utentes manter os seus Espaços, bem como as zonas comuns do C. Logístico Algarve, limpos e em boas condições higiosanitárias.
9. É expressamente proibido, a qualquer Utente do C. L. Algarve o depósito ou abandono de resíduos, qualquer que seja a sua natureza, em locais não determinados para o efeito.

ARTIGO 14º - BENS E SERVIÇOS PRESTADOS PELA ENTIDADE GESTORA

1. Compete à Entidade Gestora assegurar aos Utentes a prestação dos seguintes serviços:
 - a) Limpeza das zonas comuns;
 - b) Recolha e remoção de resíduos sólidos, depositados nos locais apropriados das zonas comuns, podendo ser estabelecidas **regras específicas, incluindo encargos**, para a remoção de resíduos;
 - c) Segurança e vigilância no interior do C. Logístico Algarve.
2. Competirá ainda à Entidade Gestora assegurar:
 - a) A instalação de infraestruturas de água, esgotos, comunicação e eletricidade a todos os espaços a título privativo, ficando por conta dos seus titulares as respetivas ligações para o interior dos seus espaços, bem como o encargo respeitante aos respetivos consumos;
 - b) A conservação e manutenção das vias públicas e parques de estacionamento e sua iluminação;
 - c) A conservação, manutenção e limpeza das redes de águas pluviais e de esgotos;
 - d) Conservação e manutenção geral, das suas edificações e instalações técnicas especiais;

3. Compete ainda à Entidade Gestora promover, através de diversos meios e formas, a atratividade comercial e a divulgação do C. Logístico Algarve, a promoção dos utentes instalados e dos seus produtos, bem como a sua formação e informação.

ARTIGO 15º - RECEITAS

1. Compete à Entidade Gestora definir as receitas do C. L. Algarve.
2. Podem constituir receitas do C. L. Algarve, designadamente, as seguintes:
 - a) Contrapartida de acesso ao C. L. Algarve – receita estabelecida em contrapartida do acesso ao gozo e benefícios do Mercado e da manutenção da utilização do espaço, a liquidar no momento da celebração do contrato de utilização do espaço, independentemente da forma jurídica que este possa revestir.
 - b) Contrapartida de utilização de espaço no C. L. Algarve – receita estabelecida em contrapartida da utilização do espaço e dos serviços prestados, da integração e funcionamento da atividade, a liquidar mensalmente no decurso da vigência do contrato de utilização de espaço, independentemente da forma jurídica que este possa revestir;
 - c) Portagem - receita estabelecida como contrapartida do acesso de veículos ao interior do C. Logístico Algarve.

ARTIGO 16º - OUTRAS RECEITAS

Constituem também receitas do C. L. Algarve as decorrentes de venda de bens, de prestação de serviços e fornecimentos específicos prestados ou assegurados pelo C. L. Algarve e quando utilizados pelos Utentes, bem como rendas, patrocínios, donativos, publicidade e receitas financeiras.

ARTIGO 17º - DISCIPLINA

1. As infrações às normas vigentes de funcionamento do C. L. Algarve são passíveis de sanções disciplinares definidas nos termos do art. 17º e implementadas pela Entidade Gestora.
2. As infrações cometidas por Utentes ou por pessoal ao seu serviço, constatadas pelos serviços do C. L. Algarve, devem ser comunicadas de imediato, por escrito, à Entidade Gestora.

ARTIGO 18º - SANÇÕES DISCIPLINARES

1. As sanções por incumprimento das normas de funcionamento do C. L. Algarve, que podem ir, designadamente, da mera advertência verbal, à sanção pecuniária ou até à própria exclusão do C. L. Algarve, são estipuladas pela Entidade Gestora, conforme descrito abaixo no ponto I. Das Sanções e II. Das Sanções Pecuniárias.

I. DAS SANÇÕES

- i. As sanções aplicáveis aos Utentes do C. L. Algarve são as seguintes:
 - a) Advertência verbal;
 - b) Advertência escrita;
 - c) Sanção pecuniária;
 - d) Suspensão (até 3 meses);
 - e) Exclusão do Mercado.
- ii. As sanções acima referidas, bem como o facto que lhes deu origem, serão registadas em livro oficial, próprio para o efeito, e devem ser comunicadas ao faltoso, nos casos previstos nas alíneas a) a e) acima, por meio de documento assinado pela Entidade Gestora.

II. DAS SANÇÕES PECUNIÁRIAS

- i. Atenta a natureza pecuniária das sanções fica estabelecido o seguinte:

- a) Incumprimento das normas de entrada e saída do C. L. Algarve, incluindo no sistema de controlo de acessos, de carga e descarga e de circulação de veículos – multa de 25 a 250 euros;
 - b) Incumprimento das normas de estacionamento – multa de 25 a 250 euros;
 - c) Incumprimento de normas de circulação de veículos e de empilhadores – de 25 a 100 euros.
 - d) Infração das normas de depósito de vasilhame – multa de 25 a 150 euros e perda do vasilhame não reclamado e/ou removido;
 - e) Abandono e depósito de bens ou mercadorias em locais não destinados para o efeito – multa de 25 a 150 euros;
 - f) Violação das normas de limpeza e recolha de resíduos sólidos – multa de 25 a 125 euros;
- ii. Outros factos que não os acima enunciados, designadamente a prática de outros atos atentatórios do bom e regular funcionamento do Mercado, podem ser geradores de aplicação de multa ou qualquer outra sanção, pelo que o ponto 1., acima, não reveste natureza taxativa.
2. Na aplicação da sanção atender-se-á à gravidade da infração cometida, à reincidência, ao comportamento do faltoso no C. L. Algarve, ao grau de culpa e a todas as circunstâncias em que a infração tiver sido cometida que militem contra ou a favor do faltoso.
 3. Caso a frequência e/ou a gravidade das condutas puníveis o justifiquem, a Entidade Gestora pode estipular novas sanções ou decidir pelo seu agravamento, devendo, para o efeito, proceder à sua divulgação entre os Utentes.
 4. As sanções não são cumuláveis entre si.
 5. No interior do C. L. Algarve qualquer contravenção ou acidente de natureza cível e criminal é da competência das autoridades de segurança pública, que deverão ser chamadas de imediato pela Entidade Gestora, ou pelos agentes de segurança e vigilância do C. L. Algarve com competência para tal.

ARTIGO 19º - DIREITO DE AUDIÇÃO E RECURSO

1. Não é permitida a aplicação de uma sanção sem antes se ter assegurado ao Utente faltoso, no procedimento disciplinar, a possibilidade de, no prazo de cinco dias úteis, se pronunciar sobre a falta que lhe é imputada e sobre a sanção em que incorre.
2. A decisão de aplicação da sanção é suscetível de recurso a interpor pelo Utente faltoso, caso o Utente deseje, no prazo de cinco dias úteis, dirigido à Entidade Gestora, mediante apresentação de requerimento do qual deverão constar, entre outras, as seguintes informações: identificação do Utente e testemunhas; data, local e hora da ocorrência que lhe é imputada; motivo da contestação; circunstâncias atenuantes.

ARTIGO 20º - PRESCRIÇÃO

1. O procedimento disciplinar previsto neste RI do C. L. Algarve prescreve no prazo de 120 dias sobre a data em que a falta seja do conhecimento da Entidade Gestora sem que esta tenha instaurado processo disciplinar.
2. Prescreverá igualmente se, decorrido o prazo de 2 anos a contar da data da ocorrência da falta, ainda que a mesma não tenha sido do conhecimento da Entidade Gestora não for instaurado processo disciplinar.
3. Se a falta for também considerada infração penal e se os prazos de prescrição do procedimento criminal forem superiores a dois anos, aplicar-se-ão ao procedimento disciplinar os prazos estabelecidos na lei penal.

ARTIGO 21º - DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Através das autoridades competentes é assegurado no interior do Mercado, sempre que tal se mostre necessário:
 - a) O controlo alfandegário;
 - b) O controlo higiosanitário;
 - c) O controlo fitossanitário;
 - d) A inspeção económica;

- e) O controlo de qualidade e da normalização;
 - f) A colheita e difusão das informações do C. Logístico Algarve;
 - g) A aplicação das disposições legislativas e regulamentares de ordem económica.
2. Os Utentes estão obrigados a facilitar nos locais que ocupam os controlos e as intervenções das autoridades e serviços competentes.



Centro Logístico
do Algarve

REGULAMENTO INTERNO

NORMAS ESPECÍFICAS

Mercado Hortofrutícola

REVISÃO DE 2025

NORMAS ESPECÍFICAS

ÍNDICE

NE – 01: CIRCULAÇÃO INTERNA	3
NE – 02: SEGURANÇA INTERNA	5
NE – 03: LIMPEZA, CONTROLO DE PRAGAS E REMOÇÃO DE RESÍDUOS	6
NE – 04: DIAS E HORÁRIOS	7
NE – 05: NORMAS ESPECÍFICAS DO FUNCIONAMENTO DO MERCADO HORTOFRUTÍCOLA.....	7
NE – 06: SANÇÕES DISCIPLINARES.....	9

NE – 01: CIRCULAÇÃO INTERNA

1. Acesso ao Mercado Hortofrutícola

- a) Neste Regulamento o Mercado Hortofrutícola doravante será designado por M.H.
- b) O acesso ao recinto do M.H. de peões e veículos, processa-se pela portaria, pelas vias disponíveis para o efeito, adequadamente sinalizadas.
- c) Os veículos de bombeiros, ambulâncias, viaturas da polícia e de transporte público têm prioridade no acesso ao mercado.
- d) Em situações de emergência, os utentes deverão seguir as orientações transmitidas pela segurança e vigilância, facilitando a fluidez do tráfego.
- e) É expressamente proibida, salvo em casos de força maior, a paragem de viaturas nas vias de entrada e saída do Mercado, junto ao pórtico.

2. Circulação de Veículos

- a) São aplicáveis no interior do Centro Logístico do Algarve, as disposições do código da estrada.
- b) Os limites de velocidade autorizados para os veículos são os seguintes:
 - Empilhadores e porta paletes: 10 km/h.
 - Restantes veículos: 30 km/h.
- c) A circulação e o estacionamento de veículos obedecerão às indicações das placas sinaléticas e das inserções no pavimento.

3. Circulação de Empilhadores e Outros Meios de Transporte de Mercadorias

- a) É expressamente proibida a utilização, dentro do M. H. com produtos alimentares, de empilhadores com motores de combustão.
- b) Não é permitido o estacionamento de qualquer meio de transporte de mercadorias nas zonas de utilização comum do M. H.
- c) Os proprietários dos empilhadores, porta paletes e de outros meios de transporte de mercadorias são responsáveis pelos acidentes e danos por estes causados ao M. H.
- d) É da responsabilidade dos proprietários dos veículos de transporte de mercadorias, o seu uso, manutenção e recolha.

4. Estacionamento de veículos na Zona do Mercado Hortofrutícola

- a) A ocupação dos lugares de estacionamento far-se-á de acordo com a sinalização existente.
- b) No Mercado Hortofrutícola existem dois tipos de estacionamento

1) Estacionamento dos Cais do Edifício do M.H.

1.1 – **Cais Privados das Boxes de 49 m²** - São de utilização privada dos proprietários dessas boxes. (boxes c/numeração par)

1.2 - **Cais Exterior Público** – É o cais voltado a nascente para o estacionamento exterior e é de utilização livre e pública.

2) Estacionamento exterior do Mercado

É a zona exterior voltada a nascente do Edifício do M.H. e é de utilização livre e pública.

- c) Nenhum local de estacionamento pode ser utilizado para depósito de bens ou de taras.
- d) Qualquer veículo cuja permanência em espaços públicos destinados a estacionamentos seja superior a 24 horas, sem autorização da MARF SA, fica sujeito a ser rebocado pelos serviços do mercado ou autoridades competentes para o efeito, ficando o proprietário sujeito às sanções previstas neste RI ou na lei aplicável.
- e) É proibido o estacionamento em frente de bocas de incêndio, de rampas de acesso aos edifícios, nem sobre os passeios, zonas verdes ou zonas de uso público de peões.
- f) Devem ainda ser observadas as seguintes normas:
 - No período **Antes do Horário Público de Venda**, só os proprietários das Boxes com número ímpar e Produtores, podem estacionar nas zonas de acostagem do cais público.
 - Durante o **Horário Público de Venda**, os veículos dos Clientes, dos Proprietários das Boxes, e Produtores podem estacionar na zona do cais público no tempo estritamente necessário, às operações de carga e descarga;
- g) As viaturas pesadas de grande porte deverão estacionar nos parqueamentos apropriados, e sinalizados para o efeito.
- h) No período de limpeza dos arruamentos e parqueamentos, os cais de acostagem e os parqueamentos deverão estar libertos de viaturas, para que as operações de limpeza possam decorrer com a máxima eficácia.

5. Circulação de Pessoas e Mercadorias

- a) No interior do M.H. os Utentes e os Compradores, deverão respeitar as regras e orientações dos Seguranças e Vigilantes do M.H., assim como, a sinalética existente, e as prescrições de higiene.
- b) Nas zonas de acostagem privativas ou coletivas e parqueamentos é expressamente proibida a venda ou deposição de mercadorias, para além do tempo necessário para a carga ou descarga do veículo.

NE – 02: SEGURANÇA INTERNA

1. A segurança e vigilância dos espaços comuns do M. H. é assegurada 24 horas por dia.
2. O pessoal de segurança e vigilância ao serviço do Mercado atuará nas zonas comuns exteriores, nomeadamente vias de acesso, portaria, zonas de acostagem, estacionamento e circulação, nas zonas de utilização comum do Pavilhão de Mercado dos setores de comércio agroalimentar e áreas técnicas de apoio, intervindo apenas nos espaços privativos dos operadores para informar e fazer cumprir o RI, restabelecer a ordem, prestar ajuda ou se for solicitado por um utente.
3. Compete ao pessoal de segurança e vigilância do mercado ativar os sistemas de segurança, sempre que necessário, e comunicar com a urgência devida os incidentes às autoridades competentes (bombeiros, INEM, polícia, etc.).
4. O Mercado manterá ligação com um piquete de intervenção e combate a incêndios, formado pelos Bombeiros da área, que intervêm sempre que as circunstâncias o obriguem.
5. Os Utentes instalados são obrigados a manter os seus espaços dentro das normas de segurança exigidas por lei, não sendo permitido fazer fogo, usar materiais voláteis inflamáveis, armazenar gases líquidos, comprimidos ou diluídos, ou modificar as instalações elétricas sem autorização da Entidade Gestora.
6. Os Utentes do M.H. deverão cumprir o RI e as prescrições e sinalizações de segurança, observando as orientações e determinações do pessoal de segurança e vigilância.
7. Os Utentes do M.H. deverão prestar todas as informações e fornecer a sua identificação sempre que solicitadas pelo pessoal de segurança e vigilância.
8. Os Utentes do M.H. deverão comunicar ao pessoal de segurança e vigilância os atos ilícitos verificados ou sofridos, sobre o qual se exarará um auto que será enviado aos serviços da Entidade Gestora e, se tal se verificar legalmente necessário, às autoridades de segurança pública.

9. A Entidade Gestora não se responsabiliza por roubos, danos ou deteriorações de equipamentos dos Utentes ou quaisquer outros danos patrimoniais ou não patrimoniais.

NE – 03: LIMPEZA, CONTROLO DE PRAGAS E REMOÇÃO DE RESÍDUOS

1. A limpeza e o controlo de pragas dos espaços ocupados a título privativo são da inteira e exclusiva responsabilidade dos utentes instalados.
2. Os operadores serão responsáveis pela limpeza, conservação e substituição dos contentores individuais que lhes sejam atribuídos.
3. Nas zonas de utilização comum serão contentores de uso coletivo dos respetivos utentes.
4. Quando a dimensão e natureza dos resíduos assim o obrigue, estes deverão ser colocados nos contentores coletivos de maior dimensão existentes no exterior dos edifícios, ou, no caso de resíduos recicláveis, nomeadamente papel, cartão, plástico, vidro e madeira, no local sinalizado para o efeito.
5. Nenhum desperdício ou embalagem deve ser deixado nas zonas de acostagem privativa das Boxes, Entrepostos, Armazéns e nas zonas de utilização comuns de Mercado, devendo os Utentes usar os contentores exteriores disponíveis para esse efeito ou nos locais devidamente assinalados, segundo o tipo e natureza dos resíduos.
6. Os Utentes instalados em espaços ocupados a título não privativo deverão, após o Horário Público de Venda, proceder de imediato à arrumação e limpeza do espaço ocupado e sua libertação de produtos, utensílios e equipamentos móveis, por forma a que a limpeza do pavilhão se processe com eficiência, não se responsabilizando a Entidade Gestora, por danos ocorridos em qualquer bem deixado no espaço ocupado pelo operador.
7. Os Utentes do Mercado deverão manter em bom estado as instalações sanitárias, zelando pela sua conservação e limpeza.
8. É proibido fumar, cuspir, beber ou comer nos locais de trabalho, de armazenagem, de exposição e de circulação dos produtos alimentícios, dentro do Pavilhão do Mercado.
9. Não é permitida a entrada e circulação de gatos, cães e outros animais domésticos dentro do Mercado.
10. A limpeza exterior do Mercado será efetuada entre as 07h e as 15h., de segunda a sábado.
11. A recolha de contentores é feita dentro do horário indicado pelo que todos os operadores, após o período de venda e antes da hora de início da limpeza, deverão colocar os seus contentores no exterior dos seus espaços, na zona de acostagem, de modo que seja possível a remoção dos resíduos e a limpeza dos contentores.

12. O horário de limpeza interior dos pavilhões corresponde ao período entre as 7h. e as 15h.

NE – 04: DIAS E HORÁRIOS DO MERCADO HORTOFRUTÍCOLA

1. A Entidade Gestora, para garantir a segurança e eficiência do Mercado, pode estabelecer horários para a abertura ou fecho do acesso ao recinto do Mercado.
2. Durante o período de encerramento, sempre que um Utente instalado necessitar de ter acesso ao mercado, deverá solicitá-lo à Entidade Gestora, indicando o motivo, entidade e veículo a conceder a respetiva autorização.
3. Sem prejuízo dos pontos anteriores, os utentes instalados em Entrepostos e Armazéns não estão sujeitos a horários públicos de venda, devendo, no entanto, subordinar-se no exercício da sua atividade às normas previstas respeitantes ao horário de limpeza exterior e remoção de resíduos sólidos.
4. No caso das atividades complementares, como sejam a restauração, lojas, e outros, os horários de abertura ao público serão acordados com a Entidade Gestora devendo, no entanto, estar abertos nos dias e durante o Horário Público de Venda do Pavilhão de Mercado do sector de comércio agroalimentar.
5. Os dias e horários de funcionamento do Mercado Hortofrutícola são definidos pela Entidade Gestora, para garantir a segurança e eficiência do Mercado, que pode estabelecer horários para a abertura ou fecho do acesso ao recinto do Mercado.

Edifício	Dias Funcionamento do M.H	Horário Funcionamento do M.H	Horário Abastecimento de Produtores	Horário Abertura aos Compradores	Limpeza Interior zonas comuns	Limpeza Exterior zonas comuns
A1 – M. Hortofrutícola	Domingo a Sexta	15h30 às 24h	A partir das 18h00	18h15m às 22h00	07h00 às 15h00	07h00 às 15h00

NE – 05: NORMAS ESPECÍFICAS DE FUNCIONAMENTO DO MERCADO HORTOFRUTÍCOLA.

01 – Normas Gerais

I. Horário de Funcionamento do Mercado Hortofrutícola

Definido nas Normas Particulares (NE-4) do Regulamento Interno.

II. Funcionamento das Boxes:

- a) Os operadores das Boxes não poderão vender para o exterior e interior do mercado, através do respetivos portões, entre as 15h30m e as 18h15m.

- b) As Boxes do mercado só poderão abrir o respetivo portão interior das 15h30m às 22h00.
- c) Cada operador tem direito a utilizar uma faixa de exposição de uma palete de produtos na frente da boxe, até 1,4 metros horizontais, desde a porta.
- d) O acesso ao Mercado Hortofrutícola será feito pelo estacionamento e entradas que lhe estão dedicados.
- e) As boxes dos operadores grossistas poderão estar em atividade durante 24 horas, não sendo, no entanto, permitido comercializar entre as 15h30m e as 18h15m sem prejuízo no indicado no paragrafo seguinte.
- f) Fora do horário de funcionamento do Mercado Hortofrutícola, os operadores não poderão desenvolver qualquer atividade no interior/áreas comuns do pavilhão do mercado.
- g) É proibido fazer do local de estacionamento, depósito de bens ou de taras.

III. Funcionamento dos Terrados de Produtores

- a) Os terrados de produtores são lugares numerados e identificados no interior do mercado, destinados única e exclusivamente a produtores de hortofrutícolas, devidamente credenciados pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve e com contrato em vigor no MARF.
- b) Durante o mês de dezembro de cada ano, os Produtores terão de renovar o seu contrato com a MARF para poderem utilizar os terrados do mercado no ano seguinte.
- c) Para venderem dentro do mercado, os Produtores terão de pagar com antecedência o lugar, no Gabinete de Apoio ao Mercado, e solicitar um dos três tipos de lugares disponíveis:
 - 1- **Lugar ao dia**, terão de ser pagos no próprio dia ou no dia anterior.
 - 2- **Lugar à semana**, terão de ser pagos até ao 1º. dia da semana em que serão utilizados
 - 3- **Lugar mensal**, terão de ser pagos até ao último dia do mês anterior ao mês em que pretendem utilizar o lugar.
- d) Os Produtores poderão utilizar um lugar aberto devidamente assinalado no pavimento do pavilhão com 5,5 (cinco vírgula cinco) metros quadrados, para venda grossista, exclusiva, de produtos hortofrutícolas, mediante acordo de contrato a celebrar com a Entidade Gestora do Mercado.
- e) Fora do horário de funcionamento do Mercado Hortofrutícola, os produtores não poderão desenvolver qualquer atividade no interior e exterior do mercado.
- f) O Produtor terá direito a um cartão de OPERADOR emitido pela Entidade Gestora do Mercado, para uso pessoal e intransmissível.

g) Não será permitida a entrada de produtores ao interior do mercado antes do horário de abertura ao público, quando estes não transportem mercadoria, para venda, que justifique o seu acesso durante o horário de aprovisionamento.

IV. HORÁRIO DOS COMPRADORES

Os compradores do mercado hortofrutícola só poderão aceder aos locais de carga e descarga com as respetivas viaturas, a partir das 18h15m. O local de estacionamento das viaturas dos compradores estará limitado ao parque de estacionamento reservado para viaturas de compradores.

Os compradores do mercado, só poderão ter acesso ao interior do mercado hortofrutícola a partir das 18h15m.

NE – 06: SANÇÕES DISCIPLINARES

I. DAS SANÇÕES

1. As sanções aplicáveis aos Utentes do Mercado são as seguintes:
 - a) Advertência verbal;
 - b) Advertência escrita;
 - c) Sanção pecuniária;
 - d) Suspensão (até 3 meses);
 - e) Exclusão do Mercado.
2. As sanções acima referidas, bem como o facto que lhes deu origem, serão registadas em livro oficial, próprio para o efeito, e devem ser comunicadas ao faltoso, nos casos previstos nas alíneas a) a e) acima, por meio de documento assinado pela Entidade Gestora.

II. DAS SANÇÕES PECUNIÁRIAS

1. Atenta a natureza pecuniária das sanções fica estabelecido o seguinte:
 - a) Incumprimento das normas de entrada e saída do Mercado, incluindo no sistema de controlo de acessos, de carga e descarga e de circulação de veículos – multa de 25 a 250 euros;
 - b) Incumprimento das normas de estacionamento – multa de 25 a 250 euros;

- c) Incumprimento de normas de circulação de veículos e de empilhadores no interior dos pavilhões – de 25 a 100 euros.
 - d) Infração das normas de depósito de vasilhame – multa de 25 a 150 euros e perda do vasilhame não reclamado e/ou removido;
 - e) Deficiente manuseamento e acondicionamento de produtos, que ponham em causa a saúde pública e segurança dos Utentes do Mercado, nos locais definidos para venda – multa de 25 a 150 euros;
 - f) Comercialização de produtos fora do espaço destinado para tal fim – multa de 75 a 350 euros;
 - g) Abandono e depósito de bens ou mercadorias em locais não destinados para o efeito – multa de 25 a 150 euros;
 - h) Obstrução de zonas de utilização comum do Mercado, com prejuízo evidente para o bom funcionamento do mesmo – multa de 25 a 250 euros;
 - i) Violação das normas de limpeza e recolha de resíduos sólidos – multa de 25 a 125 euros;
 - j) Incumprimento das normas relativas aos dias e horários de funcionamento – multa de 75 a 250 euros.
2. Outros factos que não os acima enunciados, designadamente a prática de outros atos atentatórios do bom e regular funcionamento do Mercado, podem ser geradores de aplicação de multa ou qualquer outra sanção, pelo que o ponto 1., acima, não reveste natureza taxativa.

III. DA AUDIÇÃO E RECURSO

Desejando o Utente recorrer sobre a falta que lhe é imputada e sobre a sanção em que incorre, deverá interpor recurso, no prazo de 5 dias úteis, dirigido à Entidade Gestora, mediante apresentação de requerimento do qual deverão constar, entre outras, as seguintes informações: identificação do Utente e testemunhas; data, local e hora da ocorrência que lhe é imputada; motivo da contestação; circunstâncias atenuantes.